

## A Democracia Brasileira em Retrospectiva: Avanços e Contradições de Quatro Décadas

*Erik Chiconelli Gomes<sup>1</sup>*

AGGIO, Alberto. **A Construção da Democracia no Brasil, 1985-2025: Mudanças, metamorfoses, transformismos.** São Paulo: Annablume; Fundação Astrojildo Pereira, 2025. 232 p.

Em 2025, quando a redemocratização brasileira completa 40 anos desde a eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral, o historiador Alberto Aggio nos oferece uma obra que busca compreender a complexa trajetória democrática do país. Doutor pela Universidade de São Paulo (USP), livre-docente e titular pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), com pós-doutorados pela Universidade de Valencia (Espanha) e pela Universidade Roma Tre (Itália), Aggio apresenta uma análise que transcende a mera cronologia dos acontecimentos para oferecer uma interpretação teórica consistente sobre o processo democrático brasileiro.

O livro "A Construção da Democracia no Brasil, 1985-2025" examina as mudanças, metamorfoses e transformismos que marcaram os principais atores políticos

<sup>1</sup>Doutor e Mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-Doutor pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP). Especialista em Economia do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e em Direito do Trabalho pela USP. Bacharel e Licenciado em História (USP). Licenciado em Geografia (UnB). Bacharel em Ciências Sociais (USP) e em Direito (USP). Atualmente, é Coordenador Acadêmico e do Centro de Pesquisa e Estudos na Escola Superior de Advocacia (ESA/OABSP). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4385-4586>. E-mail: [erik.cg@gmail.com](mailto:erik.cg@gmail.com)/[erik.gomes@usp.br](mailto:erik.gomes@usp.br)

da construção democrática ao longo de quatro décadas. A obra é editada pela Fundação Astrojildo Pereira (FAP), vinculada ao Cidadania 23, e pela editora Annablume, como parte do projeto "40 anos de democracia no Brasil".

### O Arcabouço Teórico Gramsciano

A contribuição de Aggio para o entendimento do período democrático mais longevo da história brasileira se estrutura a partir de uma perspectiva teórica gramsciana, particularmente na aplicação do conceito de "revolução passiva". De formações gramscianas, o autor analisa o processo de modernização do Brasil na chave da "revolução passiva" e do "americanismo", que se mantiveram após a redemocratização, numa perspectiva de maior protagonismo da sociedade, porém ameaçado pelo transformismo dos partidos políticos. Esse arcabouço teórico permite compreender a redemocratização brasileira não como uma ruptura radical, mas como um processo de transformação marcado tanto por elementos de continuidade quanto de mudança.

Um dos principais méritos da obra é percorrer criticamente os mandatos presidenciais que compõem este período, desde a eleição de Tancredo Neves até a encruzilhada em que o país se encontra após dois anos do terceiro mandato de Lula, identificando padrões de comportamento político e institucional que conformaram a Nova República. Ao fazer este trajeto, o autor demonstra como a democracia brasileira conseguiu consolidar-se institucionalmente, apesar de suas contradições internas.

### Diagnóstico da Democracia Brasileira Atual

O diagnóstico de Aggio sobre o estado atual da democracia brasileira é, simultaneamente, otimista quanto às instituições e pessimista quanto à representação política. Para Aggio, a fortaleza institucional da democracia contrasta com a fragilidade da forma como a sociedade vivencia e participa da política. Os partidos políticos, organismos centrais da vida democrática, são incapazes de se abrirem para a dinâmica de transformações que ocorrem na vida social e econômica, porque "se oligarquizaram e se enrijeceram". Esta constatação aponta para um dos principais paradoxos da democracia brasileira: sua resistência institucional frente às crises políticas versus sua fragilidade representativa.

A análise de Aggio sobre a persistência da desigualdade social como obstáculo à qualidade democrática merece destaque. No livro, Aggio ressalta que o elevado índice de desigualdade social, chamada por ele de "marca dolorosa que ainda se mantém", a despeito da ampliação do consumo das classes populares, nas últimas décadas, continua como um dos principais obstáculos que se colocam à construção de uma democracia de maior qualidade no Brasil. Esta perspectiva situa a questão social como elemento central para a compreensão dos limites da experiência democrática brasileira.

### **Resistência Institucional e Fragilidade Partidária**

A obra também oferece uma análise sobre a resistência das instituições diante de momentos críticos. A democracia, segundo o livro, se consolidou institucionalmente, prova disso é que conseguiu suportar a realização de dois processos de impeachment -- um acontecimento político sabidamente traumático --, o que, de acordo com o autor, ocorreu "sem sobressaltos dramáticos". Além disso, o livro afirma, ainda, que a democracia brasileira conseguiu suportar a tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro de 2023, demonstrando resiliência institucional.

Um aspecto central da análise de Aggio é o tratamento crítico que dispensa aos partidos políticos. A fortaleza institucional da democracia contrasta, todavia, com a fragilidade da forma como a sociedade vivencia e participa da política, segundo o texto. Os partidos políticos, organismos centrais da vida democrática, foram e ainda são incapazes de se abrirem para a dinâmica de transformações que ocorrem na vida social e econômica. Esta crítica é aprofundada quando o autor afirma que "[Os partidos] passaram a ser estruturas voltadas para o enriquecimento de suas lideranças - e aqui não estamos nos referindo à corrupção -, o que gera um sentimento de rejeição da sociedade em relação aos partidos."

Neste ponto, a análise de Aggio dialoga com as considerações de Vinícius Müller, que, em sua resenha do livro, destaca como certa dicotomia que, depois de quatro décadas, nos deixa apreensivos quanto à crise da nossa democracia está relacionada ao embate entre as regras do jogo democrático e os comportamentos dos jogadores políticos.

### Qualidade Democrática e Sistema Político

A obra de Aggio se insere em um debate mais amplo sobre a qualidade da democracia brasileira e seus desafios contemporâneos. Sua contribuição é particularmente valiosa em um momento em que o sistema político enfrenta crescente desconfiança por parte da população. É reconhecível, quase que consensualmente, que há uma crise de legitimação democrática, que se vem impondo às democracias hodiernas, produzida por um gradativo e persistente arrefecimento da formulação programática dos partidos políticos, enfraquecendo as estruturas de representação, como aponta o autor.

A crítica ao sistema político presidencialista brasileiro, em sua forma híbrida, é outro ponto relevante da análise. O livro reconhece avanços nessa dimensão, especialmente no que se refere à mecânica eleitoral, transformando o Brasil numa democracia de massas, legitimada interna e internacionalmente. Contudo, diz o autor, o sistema político presidencialista, com seu hibridismo característico, no qual o Executivo é eleito majoritariamente e o Parlamento proporcionalmente, não tem permitido e tampouco impulsionado reformas políticas significativas no campo da representação, o que afeta a qualidade da democracia.

Esta análise do presidencialismo de coalizão brasileiro complementa a visão de que o sistema político, apesar de seus avanços, ainda enfrenta limitações estruturais que dificultam seu aprimoramento. Muitas oportunidades foram perdidas, nesses 40 anos, para serem realizadas reformas que melhorassem a estrutura de representação, como a implantação do voto distrital misto.

### Perspectivas para o Futuro

Aggio não apenas diagnostica os problemas, mas também identifica caminhos possíveis para o futuro da democracia brasileira. Apesar de todas as dificuldades e das poderosas dúvidas a respeito do presente, segundo o texto, resta a expectativa de que o país possa ser capaz de romper os entraves que bloqueiam os avanços democráticos e, simultaneamente, inventar maneiras de aprofundar, em novo patamar, a modernidade política que, de alguma forma, a construção democrática dos últimos 40 anos estabeleceu como uma aspiração compartilhada.

### Reflexões Críticas sobre o Marco Teórico

Do ponto de vista crítico, é possível questionar se a abordagem gramsciana de "revolução passiva" e "transformismo" utilizada por Aggio não privilegia excessivamente os aspectos institucionais da democracia em detrimento das dimensões substantivas da participação política. Embora o autor reconheça a importância da desigualdade social como obstáculo à qualidade democrática, sua análise poderia ter aprofundado mais a relação entre desigualdade e representação política.

Outro aspecto que merece uma reflexão crítica é a aplicabilidade do conceito de "revolução passiva" para entender a dinâmica política brasileira contemporânea. O conceito gramsciano permite compreender os processos de transformação sem ruptura, considerando que a conquista do poder estatal, de acordo com a teoria da hegemonia, implica necessariamente a constituição de um consenso na sociedade civil (Simionatto, 2011). Como demonstra Mendonça (2014), as mudanças operadas "pelo alto" não significam um distanciamento em relação aos agentes da sociedade civil, uma vez que a hegemonia se realiza através da criação de um bloco ideológico que permite à classe dirigente manter o monopólio intelectual mediante a atração das demais camadas de intelectuais e a elaboração de algum grau de consentimento em relação à sociedade civil.

Conforme esclarece Simionatto (2011), em Gramsci "apenas metodologicamente é possível estabelecer uma distinção entre sociedade política e sociedade civil, posto que tais dimensões do Estado se idealizam em articulação dialética e indissociável". Nos casos italiano e brasileiro, que podem ser pensados como modalidades "regressivas" de revolução passiva, a política estabelecida pelos setores políticos da "tese" foi capaz de conduzir os processos históricos precisamente através dessa articulação entre sociedade política e sociedade civil (Del Rio, 2020). Nesse sentido, "alto" e "baixo" em Gramsci não se configuram como oposição ou binarismo, mas sim como dimensões articuladas do Estado integral, onde a hegemonia pressupõe que "sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia é exercida" (Gramsci, 2002, p. 48).

Esta compreensão teórica é fundamental para entender que a revolução passiva não exclui a participação da sociedade civil, mas antes a incorpora através de

mecanismos hegemônicos específicos. Como observa Mendonça (2014), "o aspecto essencial da hegemonia é justamente a criação de um bloco ideológico que permite à classe dirigente manter o monopólio intelectual, através da atração das demais camadas de intelectuais", processo que no caso brasileiro se manifesta através do transformismo político característico da formação nacional (Del Rio, 2020).

A observação de Vinícius Müller sobre a trajetória do PT e do lulismo na obra de Aggio também suscita questionamentos importantes. A cultura petista e lulista que parcialmente se confunde com a trajetória desses quarenta anos de redemocratização apostou, ao longo de sua construção, no descrédito dos processos e eventos que deram, ao fim, a sustentação da Nova República. Embora tenha usado todos esses itens como trampolim não só para a sua contribuição mais acertada --- o avanço das pautas sociais -- mas também e, oportunamente, na defesa de alguns dos itens que estruturaram a Nova República. Essa crítica ao comportamento político do PT levanta questões sobre como o livro analiza o papel desse partido na construção democrática brasileira, e se não há um desequilíbrio na avaliação dos diferentes atores políticos.

### **Considerações Finais**

A obra de Aggio, em seu conjunto, representa uma contribuição significativa para a compreensão da democracia brasileira contemporânea. Seu maior mérito está na capacidade de articular uma análise histórica detalhada com um arcabouço teórico consistente, oferecendo um panorama abrangente dos avanços e contradições das últimas quatro décadas de experiência democrática no Brasil.

"A Construção da Democracia no Brasil, 1985-2025" é, portanto, leitura indispensável para pesquisadores, estudantes e interessados na história política brasileira recente. O livro não apenas documenta um período crucial da história nacional, mas também oferece chaves interpretativas para compreender os desafios atuais e futuros da democracia brasileira.

Em síntese, a obra de Alberto Aggio consegue capturar a complexidade do processo de construção democrática brasileira, com suas contradições e paradoxos. "Esses dois exemplos apenas evidenciaram a dificuldade de legitimação das instituições na sociedade. Por isso, o êxito da construção democrática e o mal-estar diante da

dificuldade de legitimação das instituições políticas parecem compor, paradoxalmente, duas faces de uma mesma moeda." Esta constatação sintetiza o dilema central identificado pelo autor: a força institucional da democracia brasileira versus sua fragilidade representativa, um paradoxo que continua a desafiar a qualidade e a estabilidade do sistema político nacional.

## Referências

DEL ROIO, Marcos. A inovação-restauração das formas democrático-burguesas como característica da revolução passiva no Brasil. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 309-318, jul. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/NdMVc3H6TyLv78n4qzNfgTt/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MENDONÇA, Daniel de. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Lua Nova**, São Paulo, n. 80, p. 71-96, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/mQtGPDfjR85HxSSLtmgCzbM/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

SIMIONATTO, Ivete. (Re)visitando Gramsci: considerações sobre o Estado e o poder. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 51-59, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/GMXXSyvYSWPVQ4xkgwcwTdL/>. Acesso em: 20 ago. 2025.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença Creative CommonsAttribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 06/05/2025  
Aprovado em: 03/10/2025